

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DO EXERCÍCIO**



SANTA CASA
da Misericórdia

VILA VELHA DE RÓDÃO

2017

INDICE

Pág.

PARTE 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

• Denominação Social/Sede/Contribuinte/ Atividade -----	3
• Órgãos Sociais -----	4
1. Introdução/ Respostas Sociais -----	5
2. Enquadramento Institucional -----	6
3. Estratégia de ação -----	7
4. Aquisições para Investimentos-----	8
5. Equipamentos-----	8
6. Cooperação -----	8
7. Pessoal -----	9
8. Atividades Ocupacionais	
• Infância -----	10
• Terceira Idade- Atividades Culturais/ Sociais -----	10
• Lúdicas e Recreativas/ Espirituais/ Religiosas, Intelectuais/ Formativas, Quotidianas e Desportivas -----	11
9. Diversos -----	12

PARTE 2 – CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

10. Demonstrações Financeiras - Índice -----	15
--	----



Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

Denominação Social: Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Sede: Rua de Santana, 654
Vila Velha de Ródão
6030-230 Vila Velha de Ródão

Contribuinte: 501 656 227

Constituição: 4 de Agosto de 1930

Actividade Principal: Apoio a pessoas idosas com Alojamento

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be written in a cursive or semi-cursive script. It is positioned above a small number '3'.

ÓRGÃOS SOCIAIS – QUADRIÉNIO 2015/ 2018

Mesa Administrativa

Provedora – Dr.^a Maria Adelina Pina Gonçalves Ferreira Pinto
Vice-Provedor – Leonel Figueiredo Lopes Mota
Tesoureiro – José Rosa Bolete
Secretário – António Belo Fernandes
Vogal – Maria Nazaré da Silva Paulo Carmona
Suplente – João Lopes Amaro Feijão
Suplente – José Mendes Henriques
Suplente – António Duarte Marques

Assembleia Geral

Presidente- José António Santos Gomes Moreira
1.º Secretário – Dr.^a Maria Luísa Carreiro Filipe
2.º Secretário – João Mendes
Suplente – Cristiano Ferreira da Silva São Pedro
Suplente – José Fernando Mendonça António

Conselho Fiscal

Presidente – Maria José Sobreira Mendonça
Vogal – António Aurélio Alves da Cruz
Vogal – Ana Paula Marques Pequito Ribeiro
Suplente – Margarida Marques Antero Sequeira
Suplente – Francisco Lopes Inácio



RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA DE 2017 (Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Atividades e Contas do Exercício relativos à Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017.

1. INTRODUÇÃO

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO foi constituída em 4 de Agosto de 1930.

É uma Instituição particular de solidariedade social que tem por objectivo as seguintes actividades:

- a) Assistência à infância, cooperando com as famílias na educação física, intelectual, espiritual e moral dos seus filhos (Creche e Componente de Apoio à Família);
 - b) Apoio à terceira idade, através de alojamento, alimentação, ocupação, convívio, assistência médica e enfermagem (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário);
 - c) Assistência à população dela necessitada, em colaboração com os centros de saúde e outras instituições (Cantina Social e Rede Local de Intervenção Social);
 - e) Apoio à população, através de programas de promoção de emprego, apoio a carenciados e outros programas sociais (Fundo Emergência Alimentar a Carenciados);
- O número médio de utentes nas respostas sociais é o seguinte:

0.1 CRECHE

- 29 Crianças

0.2 CAF – Componente de Apoio à Família

- Fornecimento de Refeições a crianças – 45 crianças

0.3 CENTRO DE DIA

- 7 Idosos, em Vila Velha de Ródão
- 10 Idosos, em Perais
- 7 Idosos, em Samadas de Ródão

0.4 ERPI - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

- 67 Idosos, no Lar I
- 34 Idosos, no Lar II
- 20 Idosos, na Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso (Lar III)

0.5 CANTINA SOCIAL

- 17 Beneficiários

0.6 APOIO DOMICILIÁRIO

- 20 Idosos



2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma associação pública de fiéis que orienta a sua missão para a promoção de respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis, desde a Infância à Velhice, realizando ainda atos de culto católico.

Para atender à sua missão, a SCMVVR tem vindo a desenvolver e a melhorar várias respostas sociais que contribuam para o bem-estar físico e social dos clientes e satisfaçam as suas necessidades.

A Visão da SCMVVR assenta em superar as necessidades da comunidade residente no concelho de Vila Velha de Ródão, desenvolvendo serviços de qualidade e de carácter inovador assegurando a sua sustentabilidade financeira, sendo reconhecidos como uma IPSS de referência.

A SCMVVR tem vindo ainda a concorrer a projetos que têm como principal objetivo beneficiar a comunidade em geral.

Os valores definidos pela SCMVVR assentam em 6 variáveis sendo que a Instituição desenvolve a sua atividade direcionada para as mesmas:

Solidariedade – Indivíduos dependentes e/ ou isolados, com falta de condições na residência ou comprovada ausência de apoio familiar.

Qualidade – Promover a melhoria constante dos serviços prestados, cumprindo todos os padrões de qualidade.

Inovação – Introdução constante de novas ferramentas e métodos de trabalho que visam um serviço de excelência.

Igualdade – Ser tratado com igualdade, fraternidade, respeito pela sua individualidade e privacidade de intimidade.

Espiritualidade - Proporcionar assistência religiosa de acordo com as práticas do culto católico, respeitando outras crenças religiosas.

Inclusão social – Promover a integração social na comunidade através do relacionamento entre familiares, amigos, colaboradores da Instituição, de acordo com os seus interesses.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão tem ainda como principal objetivo a promoção do respeito pelos direitos dos clientes e demais interessados, assegurando a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento dos serviços prestados, a manutenção dos equipamentos sociais, bem como a promoção da participação ativa dos clientes, famílias, voluntariado e restante comunidade, nas atividades sociais e culturais promovidas pelos serviços e assistência religiosa, de acordo com as práticas da Igreja Católica.



3. ESTRATÉGIA DE ACÇÃO

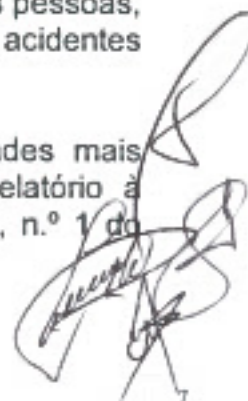
No setor da Economia Social, a estratégia foca-se, na criação de valor social para os seus clientes/utentes. Assim sendo, apenas podemos dizer que há criação de valor social, se à oferta de serviços corresponder uma efetiva procura. Neste âmbito, estamos conscientes da importância de pensar estrategicamente a nossa organização. Pensar estrategicamente mais não é, assim, do que definir objetivos, mensurar desempenhos e publicitar resultados. Para tal, é importante que, em articulação, se conheça claramente a organização (interna e externamente), que se defina e dê a conhecer a missão e a visão da mesma, que se pensem, concretizem objetivos, implementados através de estratégias acertadas, para que, no final, após a sua mensuração, possamos ter a certeza de que foi feito o que era importante e necessário tendo em conta as necessidades das partes interessadas. Enfim, trata-se, em boa verdade, de um ciclo de aprendizagem contínua.

Na atual rede de concorrência social e de constrangimentos económicos das famílias a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, não é mais do que uma organização social com gestão empresarial mas sem finalidade lucrativa. Assim, são adotados mecanismos e estratégias empresariais, nomeadamente na definição da nossa posição no setor social e na visibilidade que conseguimos dar aos serviços e projetos e intervenção social de que são exemplo a RLIS e o INCOGNUS.

Dessa forma, os nossos objetivos operacionais resultam do desdobramento dos estratégicos, de modo a facilitar a definição de ações concretas que visem o alcance das mesmas, e por conseguinte, a eficácia da estratégia. Podemos apontar alguns dos objetivos estratégicos mais importantes para a Santa Casa e sobre os quais foi desenvolvido o plano de atividades: a satisfação de clientes, colaboradores e parceiros, o envolvimento da comunidade, a qualidade dos serviços, a qualificação dos recursos humanos disponíveis, a segurança das pessoas e a sustentabilidade da instituição.

Quanto aos objetivos operacionais poderemos destacar: a promoção do envolvimento das famílias, aumentar a satisfação dos clientes/ utentes e dos colaboradores, promover a imagem da instituição, melhorar o projeto de voluntariado, aumentar a qualidade das respostas sociais, promover atividades de desenvolvimento pessoal nas respostas sociais de ERPI, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, promover atividades sociopedagógicas na Creche, contribuir para o desenvolvimento global da criança, assegurar a manutenção, conservação e remodelação dos equipamentos sociais, aumentar a qualificação dos colaboradores, promover a segurança das pessoas, a vigilância da saúde dos colaboradores e clientes/ utentes, a prevenção de acidentes de trabalho e a redução dos custos com o pessoal, por entre outros.

Assim, evidenciamos nos diversos itens, os investimentos e atividades mais relevantes desta Instituição no ano de 2017, submetendo o presente Relatório à apreciação e votação da Assembleia Geral, dando cumprimento à alínea c), n.º 1 do artigo 21º do Compromisso.



4. AQUISIÇÕES PARA INVESTIMENTOS EM CURSO

- Duas caldeiras a pellets e equipamento complementar para a nova Central Térmica do Lar I;

5. EQUIPAMENTO BÁSICO, ADMINISTRATIVO E OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o ano em curso foram efetuados investimentos nas diferentes respostas sociais e serviços: Infância, Lares, Centros de Dia, Serviços Administrativos e Serviços Gerais, que constituem a área de actuação da Santa Casa. Estes investimentos foram justificados face à sua pertinência e foram concretizados através do recurso a receitas próprias, bem como ao desenvolvimento de parcerias, sendo os mais relevantes;

AQUISIÇÃO DE

- Controlos de acessos para portas de acesso condicionado;
- Armário refrigerador para o refeitório do Lar I;
- Colchões anti-escaras e cadeirões reclináveis, para os quartos dos utentes;
- Ferro com gerador de vapor para a lavandaria;
- Monitor de computadores para os Serviços Administrativos;
- Dispensador purificador de água para o Lar 2;

6. COOPERAÇÃO

- Acordos com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão na área da infância;
- Colaboração com o Centro Desportivo Recreativo e Cultural e da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, através da utilização dos serviços de lavandaria;
- Acordo com a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- Acordos com o Centro de Emprego através dos programas CEI, CEI+ (Contratos Emprego Inserção) e Estágio Profissional que abrangeram 2 trabalhadores subsidiados, tendo sido efetuados contratos de trabalho a 1 desses trabalhadores;
- Protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar;
- Foram recebidos donativos de diversos beneméritos;
- Participação de elementos da Misericórdia em reuniões da Comissão Local de Acção Social, do Conselho Municipal de Educação, Agrupamento de Escolas, Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Comissão de Promoção e Protecção de Idosos, Secretariado Regional da UMP;
- Participação no Núcleo Distrital da Rede Anti-pobreza (REAPN) e apoio logístico às iniciativas desta entidade;
- Cooperação com diversas entidades públicas e privadas.

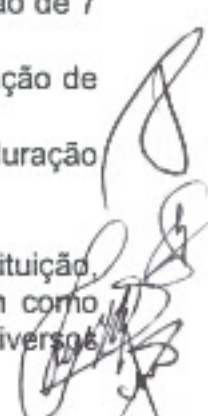


7. PESSOAL

Participação nas seguintes acções de formação:

- "A família na sociedade de hoje: Que desafios?", com duração de 8 horas; 2 formandos;
- "Código da Contratação Pública", com duração de 14 horas: 2 formandos;
- "Como melhorar a comunicação com séniores e crianças", com duração de 12 horas: 2 formandos;
- "Conceitos gerais de segurança e saúde no trabalho", com duração de 4 horas: 10 formandos;
- "Estimulação cognitiva nas pessoas idosas", com duração de 7 horas: 1 formanda;
- "Fórum de animação", com duração de 14 horas: 1 formanda;
- "Projeto Q + em Rede – contributos para a implementação de um sistema de qualidade", com duração de 19 horas: 10 formandos;
- "Gestão de Recursos Humanos para a 3.ª Idade", com duração de 24 horas: 2 formandas;
- "I Congresso de Geriatria e Saúde Mental", com duração de 8 horas: 2 formandas;
- "I Jornadas de Psicogeriatria", com duração de 7 horas: 23 formandos;
- "2.º Encontro das CPCJ", com duração de 6 horas: 1 formanda;
- "4.º Seminário de Mestrado em Gerontologia Social", com duração de 7 horas: 1 formanda;
- "Legislação Laboral nas Organizações Sociais", com duração de 8 horas: 2 formandos;
- "Migrações e Refugiados", com a duração de 7 horas: 1 formanda;
- "Novos Olhares sobre Velhos Problemas", com a duração de 22 horas: 1 formanda;
- "Otimização cognitiva para idosos, com a duração de 8 horas: 1 formanda;
- "Políticas Municipais para o Envelhecimento", com a duração de 7 horas: 1 formanda;
- "Processos Individuais", com a duração de 8 horas: 2 formandas;
- "Regulamento Geral da Proteção de Dados", com a duração de 4 horas: 1 formando;
- "Rendimento Social de Inserção: da ação à intervenção", com a duração de 7 horas: 1 formanda;
- "Risoterapia: formas de intervenção e como operacionalizar", com a duração de 7 horas: 1 formando;
- "Terapia do riso: uma ferramenta na promoção do bem-estar", com a duração de 4 horas: 1 formanda;
- "Treinamento profissional em Otimização Cognitiva para idosos, com a duração de 8 horas: 1 formando.

Enaltecemos o trabalho desenvolvido por todo o pessoal desta Instituição, proporcionando aos utentes o bem-estar e carinho que todos merecem, assim como reconhecemos e agradecemos a disponibilidade dos que colaboraram nos diversos



Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

eventos realizados com as crianças e idosos e nas actividades de convívio e comemorativas da Santa casa da Misericórdia.

8. ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Foram desenvolvidas as seguintes actividades socioculturais, lúdicas, recreativas e religiosas:

Infância

- Comemoração do Dia de Reis, com desfile pelas ruas da Vila e visita aos lares de idosos;
- Festa conjunta com os idosos e participação dos alunos da Creche no desfile de Carnaval organizado pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;
- Comemoração do Dia de São Valentim;
- Comemoração do Dia do Pai e da Mãe, com a elaboração de pequenas prendas aos pais e visita à creche para a realização de actividades em família;
- Comemoração do Dia do Livro Infantil, com participação numa atividade da Biblioteca Municipal;
- Comemoração do Dia da Criança através da realização de jogos tradicionais no Parque de Campismo, assistindo ainda a um teatro na Casa de Artes, sendo estas actividades organizadas pela Câmara Municipal;
- Frequência das Piscinas Municipais;
- Organização de uma festa de final de Ano Letivo no parque de campismo;
- Comemoração do Dia das Bruxas, com desfile nos lares de idosos;
- Comemoração do Dia do Pijama;
- Realização do magusto, em colaboração com os idosos dos Lares;
- Participação nas Festas de Natal, organizadas pelo Agrupamento de Escolas e Santa Casa.

Terceira Idade

Atividades Culturais

- Recolha de cantigas, lengalengas, histórias antigas, pelo realizador Tiago Pereira, no âmbito do projeto “ A música portuguesa a gostar dela própria”;
- Visita a exposições e espetáculos na Biblioteca Municipal e na Casa de Artes e Cultura do Tejo;
- Visita ao Museu do Barro e do Bordado em Nisa;
- Visita ao Jardim Zoológico de Lisboa;
- Espetáculo da Tuna da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão.

Atividades Sociais

- **Comemoração Dia de Reis** - Convívio intergeracional com as crianças da Creche;
- **Janeiras** – Atividade intergeracional com Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão;

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

- **Carnaval**- baile com idosos e colaboradores;
- **Dia da Mulher**- Oferta de lembrança;
- **Dia do Pai**- Oferta de lembrança;
- **Dia da Árvore**- Plantação de uma árvore no jardim do Lar I pelos idosos com a presença das crianças da creche;
- **Dia da Mãe**- Oferta de lembrança;
- **Participação na Feira dos Sabores do Tejo** - elaboração de ofertas para as várias entidades que fizeram a abertura do certame, e, vários trabalhos para exposição;
- **Festival das Sopas de Peixe**- Participação no festival de Bandas Filarmónicas;
- **Dia Internacional do Idoso** - convívio entre idosos e crianças;
- **Magusto**- convívio entre idosos e crianças da Creche;
- **Dia Mundial da Dança**- Convívio com várias instituições do distrito de Castelo Branco, na Discoteca República.

Atividades Lúdicas e Recreativas

- Festas comemorativas e temáticas;
- Celebração dos aniversários dos clientes;
- Atividades de Expressão Plástica- Semanalmente;
- Atividades de Expressão e Comunicação- Semanalmente.

Atividades Espirituais/ Religiosas:

- Celebração da Palavra;
- Realização da Via Sacra;
- Rezar o Terço;
- Santo António- Arraial popular comemorativo dos Santos Populares, em Samadas;
- Festa de Natal- Missa seguida de almoço convívio entre clientes e colaboradores. Tarde de festa com várias atividades.

Intelectual/ Formativo:

- Jogos de estimulação cognitiva.

Atividades Quotidianas:

- Cuidados de Imagem (cabeleireiro, unhas e depilação)
- Colaborar em pequenas atividades da vida diária.

Desportivas:

- Sessões de movimento- potencializar as capacidades físicas e intelectuais. (Semanalmente);
- Jogo de BOCCIA – Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.



9. DIVERSOS

Em 2017, deu-se continuidade à terceira etapa do **projeto INCOGNUS: “Inclusão, Cognição e Saúde”**, a qual consiste na realização de sessões de estimulação cognitiva e multissensorial. De 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 foram realizadas cerca de 617 sessões de estimulação cognitiva (em média, 51 sessões por mês), sendo que a 31 de dezembro de 2017 tínhamos 213 pessoas a participar assiduamente das sessões. Os grupos de 1, 2, 3 e 4 pessoas (até um total de 25 pessoas) têm realizado exercícios de estimulação cognitiva online com recurso ao COGWEB em *tablets*. Durante estas sessões foram trabalhados vários domínios cognitivos (atenção, funções executivas, memórias, linguagem e capacidade construtiva) e multissensoriais (visão, audição, tato, olfato, gosto). Estas sessões têm sido realizadas nos domicílios, centros de dia, juntas de freguesias e associações.

No âmbito deste projeto foi ainda realizada, no dia 31 de julho de 2017, uma terceira ação de formação para cuidadores informais e voluntários, com a qual se deu a conhecer o trabalho realizado ao longo dos 18 meses e se realizou um lanche convívio para todas as pessoas envolvidas neste projeto.

O projeto INCOGNUS foi ainda apresentado, por meio de duas comunicações orais e um póster, nas I Jornadas de Psicogeriatría: Terceira Idade – Perspetiva Biopsicossocial (4 de outubro de 2017), no 4º Congresso Nacional Conversas de Psicologia – 3ª Conferência Internacional sobre o Envelhecimento Ativo, organizado pela Associação Portuguesa Conversas de Psicologia (6 de novembro de 2017) e no 5º Congresso Regional sobre o Envelhecimento Ativo e Saudável organizado por Ageing Coimbra (28 de novembro de 2017), respetivamente.

Relativamente à resposta social RLIS - Rede Local de Intervenção Social, foram realizados alguns ajustamentos em relação ao ano de arranque do projeto, como por exemplo, o seu horário de atendimento descentralizado, que desde meados do ano de 2017 se passou a realizar mensalmente, na terceira semana do mês, das 09:30 às 12:30 (3ª feira, Fratel; 4ª feira, Sarnadas de Ródão e 5ª feira, Perais). Inicialmente esse atendimento descentralizado funcionava semanalmente, passando a quinzenal e por último mensalmente.

As áreas de intervenção social da RLIS mantêm-se as seguintes: Pessoas e Famílias em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social; Situações de Emergência Social; Crianças e Jovens em Risco/Perigo (apenas acompanhamento em ação social); Pessoas Idosas; Pessoas Vítimas de Violência Doméstica; Pessoas com Deficiência ou Incapacidade; Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências e Pessoas Sem-abrigo. No entanto, continua-se a verificar que existe uma maior intervenção por parte da RLIS com Pessoas Idosas e Famílias Multiproblemáticas Pobres.

Os indicadores que traduzem melhor a evolução dos números da Rede Local de Intervenção Social são o número de atendimentos e acompanhamentos sociais realizados, como também o número de famílias em atendimento/accompanhamento social e/ou indivíduos atendidos/acompanhados (homens, mulheres, adultos e crianças). No final do ano de 2017, contava com processos de 138 famílias num total de 320 indivíduos.

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, 654

6030-230 Vila Velha de Ródão

Quadro Resumo de Atendimento e Acompanhamentos

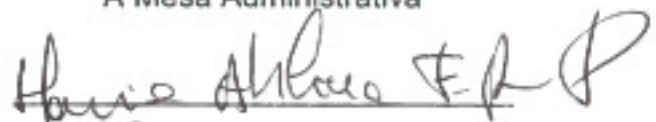
Ano 2017	Dados	
	Atendimentos	Acompanhamentos
Janeiro	68	25
Fevereiro	94	26
Março	90	29
Abril	118	30
Maio	81	30
Junho	160	34
Julho	107	34
Agosto	108	37
Setembro	121	43
Outubro	123	46
Novembro	112	46
Dezembro	126	47

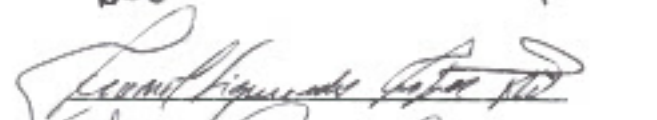
Mas não só da transformação das respostas sociais e de novos projetos foi preenchido o ano de 2017, evidenciando-se o enorme êxito em que se traduziram as “**Jornadas de Psicogeriatría**” que contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas e que muito contribuiu para a melhoria da imagem externa da instituição. Destaca-se o importante trabalho de voluntariado, continuando a prestar um valioso apoio aos idosos, na valência de Lar, em actividades de índole social, religiosa, nos cuidados de imagem e no acompanhamento dos idosos, nos mais diversos eventos.

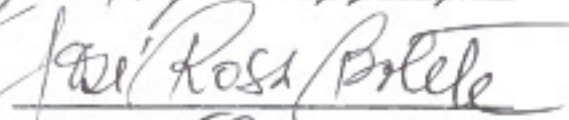
A Mesa Administrativa manifesta o seu pesar por todos os irmãos, benfeitores, amigos e utentes da Santa Casa, falecidos durante o ano 2017.

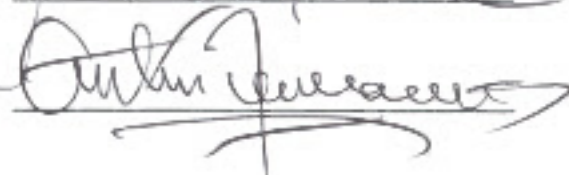
Vila Velha de Ródão, 06 de Março de 2018

A Mesa Administrativa











SANTA CASA
da Misericórdia

VILA VELHA DE RÓDÃO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO

**Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2017**

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	21
5. Ativos Fixos Tangíveis	21
6. Ativos Intangíveis	25
7. Locações	27
8. Custos de Empréstimos Obtidos	27
9. Inventários	28
10. Rédito	29
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	30
12. Apoios do Governo e Subsídios ao Investimento	31
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	34
14. Imposto sobre o Rendimento	34
15. Benefícios dos empregados	34
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	36
17. Outras Informações	36
17.1. Investimentos Financeiros	36
17.2. Irmãos	37
17.3. Clientes e Utentes	37
17.4. Outras contas a receber	38
17.5. Diferimentos	38
17.6. Outros Ativos Financeiros	39
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	39
17.8. Fundos Patrimoniais	39

17.9. Fornecedores	40
17.10. Estado e Outros Entes Públicos	41
17.11. Outras Contas a Pagar	42
17.12. Outros Passivos Financeiros	42
17.13. Fornecimentos e serviços externos	42
17.14. Outros rendimentos e ganhos	43
17.15. Outros gastos e perdas	43
17.16. Resultados Financeiros	44
17.17. Acontecimentos após data de Balanço.....	44
17.18. Aplicação de Resultados.....	44
ANEXOS	

Handwritten signatures in black ink, appearing to be the names of the signatories, located in the bottom right corner of the page.

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros


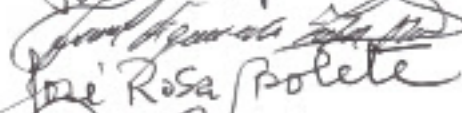

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 232 078,05	2 229 745,70
Outros Créditos e ativos não correntes	5	106,60	106,60
Ativos intangíveis	6	1 100,37	839,27
Investimentos financeiros	17.1	7 675,76	5 255,52
Subtotal		2 240 960,78	2 235 947,09
Ativo corrente			
Inventários	9	14 768,90	21 127,25
Créditos a receber	17.3	19 912,85	17 527,25
Estado e outros Entes Públicos	17.10	29 352,44	20 892,81
Fundadores/benemeritos/doadores/associados/membros	17.2	2 018,00	2 008,00
Outros ativos correntes	17.4	109 358,38	79 474,75
Diferimentos	17.5	5 825,89	8 020,90
Caixa e depósitos bancários	17.7	28 830,95	22 856,51
Subtotal		210 067,41	171 907,47
Total do Ativo		2 451 028,19	2 407 854,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	858 237,48	858 237,48
Reservas	17.8	118 807,46	155 061,78
Resultados transitados	17.8	364 778,49	473 541,45
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	496 902,86	500 259,26
Resultado Líquido do período		(67 121,84)	(145 017,28)
Total do fundo do capital		1 771 604,45	1 842 082,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	8	137 055,38	194 108,17
Outras contas a pagar			
Subtotal		137 055,38	194 108,17
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	110 656,74	61 128,97
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	17.10	26 895,27	27 498,52
Irmãos			
Financiamentos obtidos	8	50 994,44	44 936,09
Diferimentos	17.5	4 973,79	518,76
Outras contas a pagar	17.11	348 848,12	237 581,36
Outros passivos financeiros			
Subtotal		542 368,36	371 663,70
Total do passivo		679 423,74	565 771,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 451 028,19	2 407 854,56

Vila Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Rolo Fernandes
CC 66054

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	1 223 775,94	1 167 576,16
Subsídios, doações e legados à exploração	12	581 430,38	634 230,27
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(125 208,48)	(339 984,88)
Fornecimentos e serviços externos	17.13	(472 397,84)	(316 560,36)
Gastos com o pessoal	15	(1 186 898,29)	(1 153 765,32)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	-	(3 505,42)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	17.14	48 602,56	63 893,89
Outros gastos e perdas	17.15	(10 469,19)	(14 743,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		58 835,08	37 140,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(119 242,05)	(173 720,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(60 406,97)	(136 580,55)
Juros e rendimentos similares obtidos	17.16	-	43,93
Juros e gastos similares suportados	17.16	(6 714,87)	(8 480,66)
Resultados antes de impostos		(67 121,84)	(145 017,28)
Imposta sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(67 121,84)	(145 017,28)

Vila Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Raulo Belo Furtado
CC: 66014

A MESA ADMINISTRATIVA

Helena Almeida
João Rosa (Bolsista)
Francisco Aguiar
António Fernandes

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Lar I	Lar II	Casa Rep (Lar III)	Ap. Domiciliar	CD VWR	CD Perais	CD Samadas	Creche	CAF	C. Social	RUS	INCÓGNUS	PERÍODOS	
														2017	2016
Vendas e serviços prestados		741 097,88	383 504,86	170 428,98	98 788,24	34 124,19	45 726,35	39 858,84	132 181,32	57 660,01	27 313,86	69 521,79	5 000,00	1 805 206,32	1 801 806,43
Custo das vendas e dos serviços prestados		-63 262,80	-25 048,20	-34 125,82	-4 647,77	-1 218,23	-3 595,74	-1 928,36	-5 647,26	-3 483,27	-2 104,49	-166,54	0,00	-125 208,48	-339 984,88
Resultado bruto		677 835,08	358 456,66	156 303,16	94 140,47	32 905,96	42 130,61	37 930,48	126 534,06	54 176,74	25 209,37	69 355,25	5 000,00	1 679 997,84	1 461 821,55
Outros rendimentos		33 692,21	5 952,97	1 455,42	1 093,25	420,44	627,48	465,79	1 699,66	2 120,14	1 075,20	0,00	0,00	48 602,56	63 937,82
Gastos de distribuição		-664,92	-436,15	-180,62	-15,70	-5,68	-44,76	-7,37	-21,68	-30,04	-14,34	0,00	0,00	-1 422,26	-1 079,92
Gastos administrativos		-25,90	-79,41	-7,68	-6,72	-1,91	-3,84	-1,91	-12,47	-14,39	-7,69	0,00	-59,99	-221,91	-810,58
Gastos de investigação e desenvolvimento															0,00
Outros gastos		-720 479,35	-322 813,21	-191 695,83	-78 401,94	-21 082,94	-57 536,55	-55 169,89	-151 752,62	-43 666,67	-54 110,79	-67 601,68	-23 051,73	-1 787 363,20	-1 660 405,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9 642,88	41 080,86	-34 125,55	16 809,36	12 235,87	-14 827,06	-16 762,90	-23 554,05	12 585,78	-27 848,25	1 753,57	-18 111,72	-60 406,97	-136 536,62
Gastos de financiamento (líquidos)		-2 145,65	-848,59	-500,72	-465,86	-152,88	-250,36	-180,58	-758,32	-938,89	-473,02	0,00	0,00	-6 714,87	-8 480,66
Resultados antes de impostos		-11 788,53	40 232,27	-34 626,27	16 343,50	12 082,99	-15 077,42	-16 943,48	-24 312,37	11 646,89	-28 321,27	1 753,57	-18 111,72	-67 121,84	-145 017,28
Imposto sobre o rendimento do período															
Resultado líquido do período		-11 788,53	40 232,27	-34 626,27	16 343,50	12 082,99	-15 077,42	-16 943,48	-24 312,37	11 646,89	-28 321,27	1 753,57	-18 111,72	-67 121,84	-145 017,28

Vila Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

CONTABILISTA CERTIFICADO
 Paulo Belo Pereira
 cc: 66014

A MESA ADMINISTRATIVA
 Hugo e Ana Paula
 João e Rosalinda
 Agostinho e Maria
 António

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade							Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transmítidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			Realizado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	858 237,48	-	139 955,53	428 222,71	-	-	547 513,62	60 424,99	2 034 354,33	2 034 354,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				15 106,25	45 318,74			(47 254,36)	(60 424,99)	(47 254,36)	(47 254,36)
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				15 106,25	45 318,74			(47 254,36)	(60 424,99)	(47 254,36)	(47 254,36)
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								(145 017,28)	(145 017,28)	(145 017,28)
RESULTADO EXTENSIVO	4-2+3								(205 442,27)	(192 273,64)	(192 273,64)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Sucessões, doações e legados											
Outras operações											
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	5 6=1+3+4	858 237,48	-	155 061,78	473 541,45	-	-	500 259,26	(145 017,28)	1 842 082,69	1 842 082,69

Vila Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

CONTAABILISTA CERTIFICADO
 Paulo João Martins
 CC: 66014

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
 Rua Santana Nº654
 NIF:501 656 227

A MESA ADMINISTRATIVA


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos titulares da entidade							Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	858 237,48	-	155 061,78	479 541,45	-	-	500 759,76	(145 017,28)	1 842 082,69	1 842 082,69
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferença de conversão de demonstrações financeiras											
Posição do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	7	-	-	(36 254,32)	(108 762,96)	-	-	(27 488,40)	145 017,28	(27 488,40)	(27 488,40)
				(36 254,32)	(108 762,96)			(27 488,40)	145 017,28	(27 488,40)	(27 488,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(67 121,84)	(67 121,84)	(67 121,84)
RESULTADO EXTENSIVO	9-7+8								77 895,44	(94 610,24)	(94 610,24)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
	10										
POSICÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	858 237,48	-	118 807,46	364 778,49	-	-	496 302,86	(67 121,84)	1 771 604,45	1 771 604,45

Via Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

RESPONSABILISTA CERTIFICADO

Carlos Alberto Fernandes
CC: 66014

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
Rua Santana Nº654
NIF:501 656 227

A MESA ADMINISTRATIVA
Henrique Albuquerque
Carolina Rosa Boalete
Carolina Rosa Boalete
Carolina Rosa Boalete

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		1 148 187,34	1 099 359,99
Pagamentos de subsídios			
Recebimento de Apoios		596 448,38	724 807,50
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(633 436,40)	(700 237,34)
Pagamentos ao pessoal		(772 247,84)	(776 005,47)
Caixa gerada pelas operações		338 951,48	347 924,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(270 196,00)	(380 169,67)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		68 755,48	(32 244,99)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16 164,86)	(96 565,20)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		(593,22)	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		-	-
Juras e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(16 758,08)	(96 565,20)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(39 111,25)	(37 662,36)
Juras e gastos similares		(6 911,71)	(8 480,66)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(46 022,96)	(46 143,02)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5 974,44	(174 953,21)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		22 856,51	197 809,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		28 830,95	22 856,51

Vila Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ricardo Belo Martins
 CC: 66014

A MESA ADMINISTRATIVA

Francisco...
António...
Frei Rosa Boleda

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 180 de 06/08/1930, Série II, com sede em Vila Velha de Ródão. Tem como atividade o Apoio à terceira idade e aos mais jovens, para que possa prosseguir objectivos. Conta com as seguintes valências:

- Lar I
- Lar II
- Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso (Lar III)
- Centro de Dia de Vila Velha de Ródão
- Centro de Dia de Samadas de Ródão
- Centro de Dia de Perais
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
- Creche
- Componente de apoio à família (CAF)
- Cantina Social
- RLIS-Rede Local de Inserção Social
- Incognus

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” (Nota 12, 17.11 e 17.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando



ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição



necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outras rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem registados bens do património histórico e cultural.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.



3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Dec-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro .

3.2.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros que representam participações de capital em entidades em que a Santa Casa da Misericórdia tenha uma influência significativa, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

As participações noutras entidades são valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

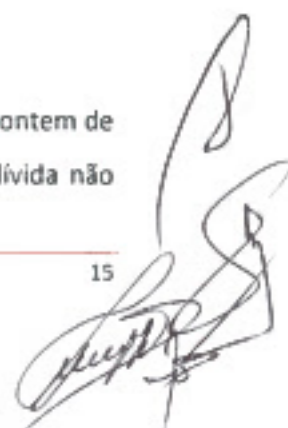
3.2.8. Irmãos:

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Irmãos que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável. Quando se encontrem irmãos com quotas em dívida à mais de 3 anos, estas são desreconhecidas.

3.2.9. Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não



será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.10. Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.11. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.13. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.14. Provisões e Passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.15. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo do seu vencimento ocorrer a mais ou a menos de um ano. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.16. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*

- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidas na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtida, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -*



geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no nº1 e 2 do artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.17. Subsídios do governo e apoios do governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

3.2.18. Réditos

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da misericórdia. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados

3.2.19. Juízos de valor que a Mesa Administrativa adotou no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento do rédito.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados transitados.

3.2.20. Principais pressupostos em relação ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2.21. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o ano económico findo a 31 de dezembro de 2017, não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não possui "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56 965,67	-	(95,80)	-	-	56 869,87
Edifícios e outras construções	2 879 232,88	-	-	-	-	2 879 232,88
Equipamento básico	539 468,09	47 359,91	-	-	-	586 828,00
Equipamento de transporte	218 184,76	-	(10 581,27)	-	-	207 603,49
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	254 199,05	12 544,73	-	-	-	266 743,78
Outros Ativos fixos tangíveis	53 339,35	12 740,63	-	-	-	66 079,98
Investimentos em Curso	37 293,66	35 174,12	-	-	-	72 467,78
Total	4 038 683,46	107 819,39	(10 677,07)	-	-	4 135 825,78
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	997 086,92	84 454,25	-	-	-	1 081 541,17
Equipamento básico	385 471,10	42 482,58	-	-	-	427 953,68
Equipamento de transporte	182 327,47	11 952,43	(10 581,27)	-	-	183 698,63
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	163 465,50	6 634,50	-	-	-	170 100,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36 994,40	5 792,20	-	-	-	42 786,60
Total	1 765 345,39	151 315,96	(10 581,27)	-	-	1 906 080,08



	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	56 869,87	-	(1 022,54)	-	-	55 847,33
Edifícios e outras construções	2 879 232,88	25 641,91	-	-	-	2 904 874,79
Equipamento básico	586 828,00	3 379,44	-	-	-	590 207,44
Equipamento de transporte	207 603,49	-	-	-	-	207 603,49
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	266 743,78	263,14	-	-	-	267 006,92
Outros Ativos fixos tangíveis	66 079,98	838,30	-	-	-	66 918,28
Investimentos em Curso	72 467,78	117 033,38	(25 641,91)	-	-	163 859,25
Total	4 135 825,78	147 156,17	(26 664,45)	-	-	4 256 317,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 081 541,17	56 361,38	-	-	-	1 137 902,55
Equipamento básico	427 953,68	37 855,23	-	-	-	465 808,91
Equipamento de transporte	183 698,63	11 952,43	-	-	-	195 651,06
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	170 100,00	6 144,14	-	-	-	176 244,14
Outros Ativos fixos tangíveis	42 786,60	5 846,19	-	-	-	48 632,79
Total	1 906 080,08	118 159,37	-	-	-	2 024 239,45

As aquisições e ofertas que mais contribuíram para as diferentes rubricas

Equipamento Básico:

- Controlos de acesso.....1.814,25€
- Armário refrigerador.....774,90€
- Colchões anti-escaras.....263,73€
- Sofá relax.....257,56€
- Cadeira de rodas (oferta de Ilda de Jesus Pereira).....60,00€
- Pequeno eletrodoméstico Rowenta.....209,00€

Equipamento Administrativo:

- Monitor de computador com colunas integradas.....263,14€

Outros ativos Tangíveis:

- Galinheiro em madeira.....189,45€
- Dispensador purificador de água608,85€
- Mala térmica (oferta de Comeca, SA).....40,00€

As aquisições para investimentos em curso:

- Central térmica para aquecimento do Lar I.....117.033,38€

De referir ainda que durante o ano de 2017 saíram de investimentos em curso e passaram a imobilizado fixo o sistema de vídeo vigilância do Lar I e II (23.004,35) e o gradeamento do Lar I (2.637,56). Foi também abatido, por motivo de venda, o prédio rustico com artigo matriz 17 secção AQ sito em "Alcaria" Freguesia de Fratel.

Propriedades de Investimento

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Valor Patrimonial	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2016
Predio rustico artº matriz 40 AO	37,96		-	-	-	37,96
Predio rustico artº matriz 35 AZ	22,63		-	-	-	22,63
Predio rustico artº matriz 87 A.N	6,66		-	-	-	6,66
Predio rustico artº matriz 137 BP	5,18		-	-	-	5,18
Predio rustico artº matriz 24 BP	18,93		-	-	-	18,93
Predio rustico artº matriz 19 BP	5,08		-	-	-	5,08
Predio rustico artº matriz 161 AU	1,59		-	-	-	1,59
Predio rustico artº matriz 10 AO	1,27		-	-	-	1,27
Predio rustico artº matriz 46 AO	1,80		-	-	-	1,80
Predio rustico artº matriz 18 BB	5,50		-	-	-	5,50
Predio rustico artº matriz 39 AX	-		-	-	-	-
Total	106,60	-	-	-	-	106,60

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Valor Patrimonial	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Predio rustico artº matriz 40 AO	37,96		-	-	-	37,96
Predio rustico artº matriz 35 AZ	22,63		-	-	-	22,63
Predio rustico artº matriz 87 A.N	6,66		-	-	-	6,66
Predio rustico artº matriz 137 BP	5,18		-	-	-	5,18
Predio rustico artº matriz 24 BP	18,93		-	-	-	18,93
Predio rustico artº matriz 19 BP	5,08		-	-	-	5,08
Predio rustico artº matriz 161 AU	1,59		-	-	-	1,59
Predio rustico artº matriz 10 AO	1,27		-	-	-	1,27
Predio rustico artº matriz 46 AO	1,80		-	-	-	1,80
Predio rustico artº matriz 18 BB	5,50		-	-	-	5,50
Predio rustico artº matriz 39 AX	-		-	-	-	-
Total	106,60	-	-	-	-	106,60

Durante o ano económico de 2017 as propriedades para investimento mantiveram-se inalteradas.



Investimentos Financeiros

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2016
Fundo de Compensação do Trabalho	975,30	- €				975,30
Fundo Reestruturação do S. Solidário	1 369,28	2 097,94 €	-	-	-	3 467,22
Ativos não coerentes detidos para venda:						-
Predio urbano artº matriz 2565	813,00					813,00
Total	3 157,58	2 097,94	-	-	-	5 255,52

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Fundo de Compensação do Trabalho	975,30	- €				975,30 €
Fundo Reestruturação do S. Solidário	3 467,22	2 420,24 €	-	-	-	5 887,46 €
Ativos não coerentes detidos para venda:	-					- €
Predio urbano artº matriz 2565	813,00					813,00 €
Total	5 255,52	2 420,24	-	-	-	7 675,76

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	85 109,69	-	-	-	-	85 109,69
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	85 109,69	-	-	-	-	85 109,69
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	61 865,48	22 404,94	-	-	-	84 270,42
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	61 865,48	22 404,94	-	-	-	84 270,42

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	85 109,69	1 343,78	-	-	-	86 453,47
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	85 109,69	1 343,78	-	-	-	86 453,47
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	84 270,42	1 082,68	-	-	-	85 353,10
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	84 270,42	1 082,68	-	-	-	85 353,10

Durante o ano de 2017 foi adquirido um programa de computador de gestão de ocorrências diárias no valor de 1.343,78€.



7. Locações

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Amort. Acum. Capital	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Amort. Acum. Capital	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte 91-PI-25	17 374,89	10 497,09	6 877,80	17 374,89	6 810,72	10 564,17
Máquina de lavar utensílios	11 465,84	8 854,17	2 611,67	11 465,84	3 121,25	8 344,59
Desfibriladores	15 422,80	3 714,86	11 707,94	15 422,80	626,30	14 796,50
Total	44 263,53	23 066,12	21 197,41	44 263,53	10 558,27	33 705,26

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Do ano	12 507,85	-	12 507,85	7 273,73	569,98	7 843,71
Total	12 507,85	-	12 507,85	7 273,73	569,98	7 843,71

8. Empréstimos Obtidos

Valor em dívida referente ao empréstimo efectuado junto da Caixa Geral de Depósitos, para financiar a obra da Ampliação do Lar I.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Bancário CGD	18 285,72	106 666,62	124 952,34	18 285,72	124 952,34	143 238,06
Empréstimo Bancário Montepio	20 200,87	21 699,20	41 900,07	19 376,64	42 724,30	62 100,94
Locações Financeiras	12 507,85	8 689,56	21 197,41	7 273,73	26 431,53	33 705,26
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	50 994,44	137 055,38	188 049,82	44 936,09	194 108,17	239 044,26

Os empréstimos registados nas contas da Instituição a 31 de Dezembro de 2017, eram referentes ao alargamento do lar I e foram contraídos na Caixa Geral de Depósitos e Montepio. Durante o ano de 2017 a amortização de capital em dívida referente ao empréstimo da CGD foi de 18.285,72€ e as do Montepio ascenderam a 20.200,87€.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	19 553,44	341 558,69	-	21 127,25	118 850,13	-	14 768,90
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	19 553,44	341 558,69	-	21 127,25	118 850,13	-	14 768,90

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	339 984,88	125 208,48
Variações nos inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Géneros alimentares.....33.779,53€
- Medicamentos e artigos de saúde.....9.481,66€
- Fraldas.....32.112,87€
- Material de higiene e limpeza.....34.127,27€
- Material de Escritório.....3.070,36€
- Outro material.....6.278,44€

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos.

Descrição	2017	2016
Vendas	270,00	-
Prestação de Serviços	1 223 505,94	1 167 576,16
Quotas dos utilizadores (Mensalidades)	1 109 374,72	1 065 630,73
Quotas e Jóias	5 349,99	5 466,60
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outras Prestações de Serviços	108 781,23	96 478,83
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	1 223 775,94	1 167 576,16

O número médio de utentes da Entidade em 2017 foi de "528" e em 2016 foi de "745" repartidos da seguinte forma

VALÊNCIAS	2017	2016
Lar I	67	68
Centro de dia de V. V. Ródão	7	6
Lar II	34	35
Lar III	20	20
Centro de dia de Sarnadas	7	7
Apoio Domiciliario	20	25
Creche	29	28
CAF	45	37
Centro de Dia de Perais	10	11
RLIS	86	85
INCOGNUS	200	423
TOTAL	525	745

Nas valências RLIS e INCOGNUS, sendo projetos específicos, considerou-se como utentes o número de atendimentos ao longo do ano de 2017.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No ano económico de 2017 não foram constituídas novas provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.

12. Apoios do Governo e subsídios ao investimento

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade reconheceu na demonstração dos resultados os seguintes subsídios do governo e Outras Entidades

Descrição	2017	2016
Apoio da Segurança Social	489 815,71	491 466,41
ISS, IP -Creche	62 138,40	60 859,20
ISS, IP -Lares	316 450,91	306 724,35
ISS, IP -Centros de Dia	29 783,27	28 195,97
ISS, IP -Apoio Domiciliario	45 889,86	54 158,62
ISS, IP -Cantina Social	25 125,00	31 100,00
ISS, IP -Rede Local de Inserção Social	10 428,27	10 428,27
Apoios de outras entidades (governo)	5 695,23	36 596,29
IEFP	5 695,23	36 596,29
Sub-Total	495 510,94	528 062,70
Apoio de outras entidades	70 692,59	85 618,85
Junta Freguesia de Perais	6 599,07	15 407,34
Junta Freguesia de Sarnadas	5 000,00	5 000,00
Junta Freguesia de VVR	0,00	600,00
Município de VVR	0,00	1 017,99
FSE-RLIS	59 093,52	59 093,52
Agencia Portuguesa do Ambiente	0,00	4 500,00
Doações Heranças e Legados	15 226,85	20 548,72
Donativos em Dinheiro	12 288,67	19 303,08
Donativos em Espécie	2 938,18	1 245,64
TOTAL	581 430,38	634 230,27

Os donativos em dinheiro durante o ano de 2017 ascenderam a 12.288,67€, sendo que os principais doadores foram os seguintes:

- Fernanda Pina Gonçalves.....5.249.00€
- Fundação EDP.....5.000,00€

SUBSIDIO PARA INVESTIMENTO

31-12-2017

CONTA	ENTIDADE	ANO	VALOR	TX	REGULARIZACAO		EXERCICIO	ACUMULADO	SALDO
					1997	ANTERI. (*)			
5933	CENTR REG SEG SOCIAL	1992	19 951,92 €	0,05	19 954,32 €	0,00 €	19 951,92 €	0,00 €	
5933	CENTR REG SEG SOCIAL	1992	2 356,86 €	0,05	2 239,02 €	0,00 €	2 356,86 €	0,00 €	
5933	CARRINHA 06-82-52	2002	12 420,07 €	20	0,00 €	0,00 €	12 420,07 €	0,00 €	
5933	SEG SOC REM COZINHA	2005	30 000,00 €	0,02	7 200,00 €	600,00 €	7 800,00 €	22 200,00 €	
5933	SEG SOC SERV ADMINISTR	2005	30 000,00 €	0,02	7 200,00 €	600,00 €	7 800,00 €	22 200,00 €	
	SOMA		94 728,85 €		48 013,41 €	1 200,00 €	50 328,85 €	44 400,00 €	
5931	PIDACC	1990	49 879,79 €	0,05	2 493,99 €	0,00 €	49 879,79 €	0,00 €	
5931	PIDACC	1990	4 987,98 €	0,05	249,40 €	0,00 €	4 987,98 €	0,00 €	
5931	PIDACC	1990	29 927,87 €	0,05	1 496,39 €	0,00 €	29 927,87 €	0,00 €	
5931	PIDACC	1997	14 299,61 €	0,05	714,98 €	0,00 €	14 299,61 €	0,00 €	
	SOMA		99 095,26 €		4 954,76 €	0,00 €	99 095,25 €	0,00 €	
5932	CAM MUNIC VVR	1990	7 481,97 €	0,05	374,10 €	0,00 €	7 481,97 €	0,00 €	
5932	CAM MUNIC VVR	1992	2 110,91 €	0,05	105,55 €	0,00 €	2 110,92 €	0,00 €	
5932	CAM MUNIC VVR	1997	4 116,96 €	0,05	3 911,11 €	0,00 €	4 116,96 €	0,00 €	
5932	CMVVR-AMPL COZINHA	2005	29 785,19 €	0,02	7 148,40 €	595,70 €	7 744,10 €	22 041,09 €	
5932	CMVVR-SERV ADMINISTR	2005	15 213,22 €	0,02	3 651,09 €	304,26 €	3 955,35 €	11 257,87 €	
5932	CMVVR-SERV ADMINISTR	2008	1 058,23 €	0,02	232,76 €	21,18 €	253,92 €	804,31 €	
5932	MONTA CARGAS	2005	980,00 €	0,167	980,00 €	0,00 €	980,00 €	0,00 €	
5932	EQUIP INFORMATICO	2005	2 686,77 €	0,2	2 686,77 €	0,00 €	2 686,77 €	0,00 €	
5932	EQUIP BASICO	2005	9 665,54 €	0,167	9 665,54 €	0,00 €	9 665,54 €	0,00 €	
5932	CLIMATIZACAO	2005	1 613,94 €	0,167	1 613,94 €	0,00 €	1 613,94 €	0,00 €	
	SOMA		74 712,73 €		685,49 €	921,12 €	40 609,46 €	34 103,27 €	
0	JARDIM INFANTIL	1999	5 852,85 €		5 852,85 €	0,00 €	5 852,85 €	0,00 €	
0	JARDIM INFANTIL	2000	913,84 €	16,66	913,84 €	0,00 €	913,84 €	0,00 €	
	SOMA		6 766,69 €		6 766,69 €	0,00 €	6 766,69 €	0,00 €	
5938	LAR II	1998	34 123,54 €	0,05	32 417,41 €	1 706,13 €	34 123,54 €	0,00 €	
5938	LAR II	1999	29 894,61 €	0,05	26 905,15 €	1 494,73 €	28 399,88 €	1 494,73 €	
5938	LAR II	2000	15 135,49 €	0,02	5 146,08 €	302,71 €	5 448,79 €	9 686,71 €	
	SOMA		79 153,64 €		64 468,64 €	3 503,57 €	67 972,21 €	11 181,44 €	
2000		2000	27 810,98 €	14,29	27 810,98 €	0,00 €	27 810,98 €	0,00 €	
2001		2001	6 952,74 €	14,29	6 952,74 €	0,00 €	6 952,74 €	0,00 €	
	SOMA		34 763,72 €		34 763,72 €	0,00 €	34 763,72 €	0,00 €	
5936	Ampliação Lar I	2014	310 068,47 €	2	18 604,11 €	6 201,37 €	24 805,48 €	285 262,99 €	
593901	Vietura 22-GP-81	2009	7 500,00 €	25	7 500,00 €	0,00 €	7 500,00 €	0,00 €	
593902	Elevador Ampliação Lar I	2013	3 024,00 €	12,5	1 512,00 €	378,00 €	1 890,00 €	1 134,00 €	
593903	Painela Solares Lar I	2010	65 073,33 €	16,66	65 073,33 €	0,00 €	65 073,33 €	0,00 €	
593904	Sistema AVAC Lar I	2014	28 986,18 €	6,66	5 791,44 €	1 930,48 €	7 721,92 €	21 264,26 €	
593905	Equip. Lavandaria Social	2013	47 260,00 €	12,5	23 630,00 €	5 907,50 €	29 537,50 €	17 722,50 €	
593906	Ampliação Lar I-Equipamento	2013	37 413,00 €	12,5	18 706,52 €	4 676,63 €	23 383,15 €	14 029,85 €	
593907	Sistema det. Incendios lar I	2014	2 893,15 €	10	867,96 €	289,32 €	1 157,28 €	1 735,87 €	
593908	Arrumamento exterior lar I	2014	32 350,00 €	3,33	3 246,75 €	1 082,25 €	4 329,00 €	28 021,00 €	
593909	Posto de transafermaçao	2014	15 275,25 €	5	2 291,76 €	763,76 €	3 055,52 €	12 219,73 €	
593910	Central termica-MVVR	2017	24 132,60 €	5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 132,60 €	
	SOMA		673 975,98 €		147 223,87 €	21 229,31 €	168 453,18 €	405 522,80 €	
	TOTAL GERAL		963 196,87 €		6 755,69 €	26 854,00 €	467 989,36 €	495 207,61 €	

DOAÇÕES

31-12-2017

N INVENT	ENTIDADE	ANO	VALOR	TX	Obs	REGULARIZAÇÃO		ACUMULADO	SALDO
						ANTERI. (*)	EXERCICIO		
2/2013	Set de reanimação	2013	166,05 €	14,28%		95,14 €	23,71 €	118,85 €	47,20 €
5/2013	Aparelho de ginastica	2013	150,00 €	14,28%		85,68 €	21,42 €	107,10 €	42,90 €
1/2013	Urb. Art Matriz 43-Tostão	2013	2 067,50 €	0,00%	Vendido-2013	2 067,50 €	0,00 €	2 067,50 €	0,00 €
37/2013	Rust Art Matriz 39	2013	13,75 €	0,00%	Vendido-2014	13,75 €	0,00 €	13,75 €	0,00 €
38/2013	Rust Art Matriz 18	2013	5,50 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,50 €
39/2013	Rust Art Matriz 46	2013	1,80 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,80 €
40/2013	Rust Art Matriz 10	2013	1,27 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,27 €
41/2013	Rust Art Matriz 161	2013	1,59 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,59 €
42/2013	Rust Art Matriz 19	2013	5,08 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,08 €
43/2013	Rust Art Matriz 24	2013	18,93 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	18,93 €
44/2013	Rust Art Matriz 137	2013	5,18 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,18 €
45/2013	Urb. Art Matriz 1514-Tostão	2013	19 540,00 €	0,00%	Vendido-2014	19 540,00 €	0,00 €	19 540,00 €	0,00 €
36/2013	Rust Art Matriz 87	2013	6,66 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,66 €
34/2013	Rust Art Matriz 35	2013	22,63 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	22,63 €
35/2013	Rust Art Matriz 40	2013	37,96 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	37,96 €
4/2014	Cadeira de Rodas	2014	150,00 €	14,28%		64,26 €	21,42 €	85,68 €	64,32 €
65 a 72/2014	Software	2014	56 236,64 €	33,33%		56 236,64 €	0,00 €	56 236,64 €	0,00 €
78/2014	Urba Art Matriz 2565-casa EN18	2014	813,00 €	0,00%		0,00 €	0,00 €	0,00 €	813,00 €
77/2014	Rust Art Matriz 24	2014	73,60 €	0,00%	Vendido-2015	73,60 €	0,00 €	73,60 €	0,00 €
76/2014	Rust Art Matriz 99	2014	22,20 €	0,00%	Vendido-2015	22,20 €	0,00 €	22,20 €	0,00 €
07/2015	Renaul clio	2015	2 200,00 €	25,00%		1 100,00 €	550,00 €	1 650,00 €	550,00 €
49/2015	Cadeira de Rodas	2015	125,00 €	14,28%		35,70 €	17,85 €	53,55 €	71,45 €
	TOTAL GERAL		81 664,34 €			79 334,47 €	634,40 €	79 968,87 €	1 695,47 €

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 2017 e 2016, a santa casa não efectuou operações em moeda estrangeira.

14. Imposto sobre o Rendimento

No ano de 2017 não foi contabilizado qualquer imposto corrente a pagar (IRC).

15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente 18 e 18.

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo a 31/12/2017 foi de "100" e em 31/12/2016 foi de "104" repartidos da seguinte forma .

VALÊNCIAS	2017	2016
Lar I	36	38
Centro de dia de V. V. Ródão	1	1
Lar II	13	16
Lar III	10	9
Centro de dia de Sarnadas	2	2
Centro de dia de Perais	2	2
Apoio Domiciliario	2	2
Creche	7	6
Jardim de Infancia/CAF	1	1
RLIS	2	2
INCOGNUS	1	1
Actividades Auxiliares	23	24
TOTAL	100	104

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	932 376,57	926 722,20
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	204 689,71	206 645,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 660,36	6 597,08
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	42 171,65	13 800,75
Total	1 186 898,29	1 153 765,32

No ano económico findo a 31 de dezembro de 2017, verificou-se um aumento geral nos gastos com pessoal de 33.132,97€, sendo decompostos da seguinte forma em relação a 2016:

RUBRICAS	2016	2017	DIFERENÇA
63211- Vencimento Base	712 226,40 €	733 686,00 €	21 459,60 €
63213-Estagios Profissionais	16 045,56 €	294,93 €	-15 750,63 €
63214-Bolsas POC	528,19 €	710,18 €	181,99 €
632201-Subsidio Alimentação	6 692,46 €	7 046,04 €	353,58 €
632201-Horas Extraordinarias	2 274,68 €	2 440,91 €	166,23 €
632203-Subsidio de Turno	52 209,06 €	30 447,41 €	-21 761,65 €
63205-Ajudas de Custo	1 344,63 €	1 430,07 €	85,44 €
632206-Abono para Falhas	330,48 €	330,48 €	0,00 €
632207-Subsidio de Ferias	64 597,80 €	69 640,37 €	5 042,57 €
632207-Subsidio de Natal	53 804,21 €	61 186,55 €	7 382,34 €
6322901-Retroativos	15,60 €	8 166,97 €	8 151,37 €
6322902-Feriados	16 617,91 €	16 996,66 €	378,75 €
6322903-Desloações	35,22 €	0,00 €	-35,22 €
634-Indmnizações	3 863,43 €	2 416,57 €	-1 446,86 €
6351-Segurança Social	206 645,29 €	204 492,74 €	-2 152,55 €
6357-Fundo de Gar. Comp. Trabalho	170,87 €	196,97 €	26,10 €
636-Seguro Acid. Trabalho	6 597,08 €	7 660,36 €	1 063,28 €
6385-Vestuario e Calçado	4 425,90 €	2 071,41 €	-2 354,49 €
6386-Formação	3 167,89 €	1 726,06 €	-1 441,83 €
6387-Fornecimento de Refeições	0,00 €	34 552,82 €	34 552,82 €
6388-Outros custos com Pessoal	2 172,66 €	1 404,79 €	-767,87 €
TOTAL	1 153 765,32 €	1 186 898,29 €	33 132,97 €

De referir também que a partir de 2017 com a passagem do refeitório para uma entidade privada, passou-se a contabilizar na conta 6387 o valor pago pelas refeições dos funcionários. Anteriormente este valor era contabilizado na aquisição de géneros alimentares.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

No exercício findo a 31 de dezembro de 2017 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão detinha 5.887,46€, 975,30€ e 813,00€ registados na rubrica de investimentos financeiros e que dizem respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho que foi constituído ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto, Fundo de Reestruturação do S. Social e ativos não correntes detidos para venda, respectivamente.



17.2. Irmãos

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	2 018,00	2 008,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	2 018,00	2 008,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

Valor em dívida, referente às quotas dos irmãos.

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	28 366,70	25 981,10
Clientes	-	-
Utentes	28 366,70	25 981,10
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	28 366,70	25 981,10

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	(8 453,85)	(8 453,85)
Total	(8 453,85)	(8 453,85)

No ano de 2017 não foram constituídas perdas por imparidade. O valor de 8.453,85€ corresponde a 75% da dívida da utente Maria Delfina Felix (11.271,80€).

17.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal (Combustível)	360,18	222,34
ULS-Unidade Local de Saúde	495,91	-
Adiant. Pessoal- Maria da Graça P A Afonso	1 900,00	1 900,00
IGFSS-Cantina Social	1 545,00	2 265,00
RLIS-FSE	76 323,18	26 093,69
RLIS-IGFSS	13 468,80	4 604,77
EDP Solidaria-Incognus	-	8 824,00
Camara Municipal de Vila Velha de Ródão	-	10 122,04
IEFP	8 889,39	16 366,99
Rui Manuel dos Santos Costa Antunes	5 875,92	8 575,92
Cauções Prestadas-António Lopes Vilela	500,00	500,00
Total	109 358,38	79 474,75

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	4 774,85	4 896,04
Outras despesas com custo diferido	1 051,04	3 124,86
...	-	-
Total	5 825,89	8 020,90
Rendimentos a reconhecer		
Outras Receitas com proveitos diferidos	4 973,79	518,76
...	-	-
...	-	-
Total	4 973,79	518,76

O valor de 1.051,04€ é referente ao contrato de assistência mantido com a SAS-TI para o biênio 2017/2018 em relação ao valor de 4.973,79€ resulta do financiamento do IEF 99/ET/17, que se iniciou em 2017 e termina em 2018.

17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 não detinha outros Ativos Financeiros

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	32,80	101,41
Depósitos à ordem	28 798,15	22 755,10
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	28 830,95	22 856,51

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	139 955,53	15 106,25	-	155 061,78
Resultados transitados	428 222,71	45 318,74	-	473 541,45
Resultado Líquido	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	60 424,99	-	(205 442,27)	(145 017,28)
Outras variações nos fundos patrimoniais	547 513,62	-	(47 254,36)	500 259,26
Total	2 034 354,33	60 424,99	(252 696,63)	1 842 082,69

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	155 061,78	-	(36 254,32)	118 807,46
Resultados transitados	473 541,45	-	(108 762,96)	364 778,49
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(145 017,28)	(67 121,84)	145 017,28	(67 121,84)
Outras variações nos fundos patrimoniais	500 259,26	24 132,00	(27 488,40)	496 902,86
Total	1 842 082,69	(42 989,84)	(27 488,40)	1 771 604,45

As diminuições de 36.254,32€ e 108.762,96€ registados nas contas de reservas e resultados transitados resultam de aplicação de resultados da gerência finda a 31 de dezembro de 2016, os -67.121,84€ e os -145.017,28€ inscritos nos resultados líquidos do exercício respeitam aos resultados apurados no exercício económico de 2017 (-67.121,84) e à aplicação dos resultados líquidos de 2016 (-145.017,28€). Os 24.132,00€ inscrito nos aumentos das outras variações dos fundos patrimoniais resultam do financiamento do Município de Vila Velha de Ródão à construção do novo sistema de aquecimento do LAR I.

As diminuições de 27.488,40€ registados nas outras variações nos fundos patrimoniais devem-se aos seguintes fatos:

- Reconhecimentos do proveito referente a subsídios ao investimento.....26.854,00€
- Reconhecimento do proveito referente as doações de bens amortizáveis.....634,40€

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	110.656,74	61 128,97
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	110.656,74	61 128,97

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	29 352,44	20 892,81
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	29 352,44	20 892,81
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 112,14	923,19
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 314,50	4 476,54
Segurança Social	21 308,23	21 891,46
Outros Impostos e Taxas	160,40	207,33
Total	26 895,27	27 498,52

A santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem dívidas ao estado em situação de mora.

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos		106 188,84	-	8 977,03
Credores por acréscimos de gastos	-	168 548,88	-	157 507,83
Diferimento de férias sub férias e encargos		168 548,88		157 507,83
Outras despesas diferidas		-		-
Outros credores	-	74 110,40	-	71 096,50
Descontos judiciais a entregar		79,02		350,08
Sindicatos		49,00		32,41
Cauções de utentes		69 303,73		69 889,94
Irmãos com adiantamento de quotas		60,00		190,00
Consultores e acessores		-		-
Outros	-	4 618,65	-	634,07
Total	-	348 848,12	-	237 581,36

17.12. Outros Passivos Financeiros

Não existiam "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2017.

17.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	218 785,13	-
Serviços especializados	97 334,85	140 553,80
Materiais	10 614,21	15 449,18
Energia e fluidos	120 771,09	132 674,35
Deslocações, estadas e transportes	1 422,26	1 079,92
Serviços diversos (*)	23 470,30	26 803,11
Comunicação	7 404,76	11 358,13
Seguros	4 961,54	4 953,04
Outros Serviços	11 104,00	10 491,94
Total	472 397,84	316 560,36

17.14. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	290,00	270,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	6 479,34	1 591,48
Alienações	2 000,00	6 500,00
Ganhos em inventários	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	4 144,87	1 722,92
Subsídios ao investimento/doações	27 488,40	47 254,36
Reembolso IVA	-	-
Outros rendimentos e ganhos	8 199,95	6 555,13
Total	48 602,56	63 893,89

17.15. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	35,82	189,80
Alienações	1.022,54	95,80
Correções desfavoráveis períodos anteriores	8.580,83	13.177,21
Quotizações	805,00	600,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	25,00	681,18
Total	10.469,19	14.743,99

17.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 850,23	5 452,06
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	2 864,64	3 028,60
Total	6 714,87	8 480,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	43,93
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	43,93
Resultados financeiros	(6 714,87)	(8 436,73)

17.17. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas em assembleia geral realizada no dia 25 de Março de 2017.

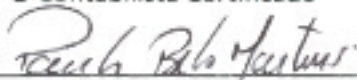
17.18. Aplicação de Resultados

A mesa administrativa propõe que o resultado líquido negativo no valor de -67.121,84€ apurado no exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, seja aplicado da seguinte forma :

Resultados Transitados.....-50.341,37€
Reservas.....-16.780,47€

Vila Velha de Ródão, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado


cc: 66014

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
Rua Santana Nº654
NIF:501 656 227

A Mesa Administrativa

